

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA**  
2 **1ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2020**

3 **Data:** 20 de fevereiro de 2020  
4 **Horário:** 9h00min  
5 **Local:** Auditório da Secretaria da Habitação - Rua Boa Vista, 170  
6 15º andar - São Paulo SP.

7 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na**  
8 **Secretaria Executiva:**

9 **SEGMENTO ESTADO**

10 Luiz Fernando Carneseca	DAEE- Secretário Executivo CBH-AT
11 Laura Stela N. Perez	Secr. Infr. e Meio Amb. -SIMA
12 César A. Louvison	Secr. Infr. e Meio Amb. -SIMA
13 Rubens J. Mario Junior	Secretaria da Saúde
14 Eloisa Helena M.	CETESB
15 Júlio T. Nagase	Secretaria da Agric. e Abastecimento
16 Seica Ono	DAEE
17 Sérgio Luiz D.	Secretaria da Educação
18 Monica Therezinha Rossi	Secretaria da Habitação
19 Jefferson A. Smario	Casa Militar-Coord. Est. Def. Civil

20 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

21 Marcus V. de Almeida e Melo	Mogi das Cruzes-Presidente CBH-AT
22 Daniel Teixeira de Lima	Mogi das Cruzes
23 Jumara M. Bocatto	Embu Guaçu
24 Mauricio A. Rodrigues	Juquitiba
25 José Rafael Pinheiro Tostes	Mairiporã

26	Reginaldo P. Lima	Caieiras
27	Adolfo J. R. de Almeida	Biritiba Mirim
28	Miguel Reis Afonso	Suzano
29	Solange Wuo	Salesópolis
30	Murilo Andrade Valle	Santo André
31	Juliana V. Cassiano	São Caetano do Sul

32 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

33	Amauri Pollachi	APU-Vice-Presidente CBH-AT
34	Luciana Travassos	UFABC
35	Dimitri Auad	MDV
36	Jaqueline Fernandez	UNIFESP
37	Cristiane L. Cortez	FECOMERCIO
38	Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP - Alto Tietê
39	Hillmann Carlos H. Albrecht	CIESP - Cotia
40	Zemicindo M. Mendes	ABES
41	Nélson C.	AESABESP
42	José C. Sousa Lima	AEARP
43	Vanessa L. N. Dias	SINDUSCON
44	Rep. Samia Sulaiman	SIADES
45	Shindi Kiyota	UNIAGUA

46 **INTEGRANTES CONVIDADOS**

47	Leandro Henrique F. Leme	Ministério Público Estado de São
48		Paulo

49 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

50	Daniel Jesus de Lima	EMAE
51	Gerson Salviano de A. Filho	IPT

52 **1. Abertura.** O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-  
53 CBH-AT e Prefeito de Mogi das Cruzes, Marcus Vinícius de Almeida e Melo  
54 constatando quórum abriu a reunião agradecendo a presença de todos.

55 **2. Leitura, discussão e votação da Ata da 6a Reunião Plenária de 2019,**  
56 **realizada em 17 de dezembro de 2019.** Aprovada por unanimidade.

57 **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia.**

58 Amauri Pollachi, Vice-Presidente do CBHAT, comunicou e parabenizou a  
59 iniciativa e patrocínio da Associação dos Engenheiros da Sabesp-  
60 AESABESP pela criação do Museu da Água, com apoio da PMSP, cujo  
61 projeto vencedor recebeu o prêmio no dia 17 de fevereiro em cerimônia  
62 realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo e disse que certamente  
63 haverá espaço e representação das questões da bacia hidrográfica do Alto  
64 Tietê. Também solicitou a posse dos cinco Subcomitês da bacia  
65 hidrográfica do Alto Tietê, já instituídos.

66 Luiz Fernando Carneseca (DAEE) Secretário Executivo do Comitê  
67 comunicou que como de praxe os expedientes do Comitê podem ser  
68 acessados na web página do Comitê. Que as entidades que tiverem  
69 interesse em participar do Conselho Consultivo do Parque Estadual  
70 Itaberaba devem procurar a Secretaria Executiva para que possam  
71 providenciar a indicação.

72 Foi sugerida indicação do Instituto Geológico-IG pela composição paritária  
73 do segmento Estado devido à reformulação do segmento ocorrida em 2019,  
74 e estão aguardando a devida comunicação do IG.

75 **4. Deliberações**

76 **4.1 Deliberação CBH-AT N. 89, de 12 de fevereiro de 2020, que retifica**  
77 **e ratifica a Deliberação CBH-AT no 67 de 14 de março de 2019, que**  
78 **aprovou a Informação Técnica sobre a compatibilidade do Plano**  
79 **Diretor do Município de Embu-Guaçu.**

80 A Deliberação foi aprovada com votação de 25 favoráveis, 2 abstenções e  
81 0 contrário.

82 A Deliberação atende o pleito da Prefeitura devido às mudanças ocorridas  
83 pelo processo de revisão no Plano Diretor do Município de Embu-Guaçu e,  
84 também corrige um equívoco quanto ao nome do município.

85 Dimitri Auad (MDV) sugeriu, também para evitar incorrer em possível  
86 ilegalidade, que de forma geral, os planos municipais considerem o Sistema  
87 Nacional de Unidades de Conservação-SNUC incorporando essas  
88 políticas. Luciana Travassos (UFABC) disse "tivemos também algumas  
89 conversas sobre isso no ano passado no GT Mananciais e deverá haver  
90 protocolo como os pedidos devem ser analisados, estamos trabalhando  
91 nisso, e da própria Lei Específica do Guarapiranga que está hoje na ALESP,  
92 em algumas questões como o SNUC, Mata Atlântica, precisamos ficar  
93 atentos porque saindo de lá não temos como não compatibilizar e convido  
94 para quem tiver interesse nas discussões comparecer no GT Mananciais,  
95 tendo opiniões mais diversas, inclusive na última reunião tínhamos poucas  
96 pessoas para discutir essa questão. Não discordo de você, entendo, mas  
97 não é o ponto aqui."

98 **4.2 Deliberação CBH-AT 90, de 12 de fevereiro de 2020, que aprova o**

99 **parecer técnico sobre o EIA/RIMA do empreendimento: Licença Prévia**  
100 **para Implantação da Unidade de Recuperação Energética em Mauá.**

101 A Deliberação foi aprovada conforme consta redação final na webpágina do  
102 Comitê CBH-AT <https://comiteat.sp.gov.br> aba Deliberações com as  
103 devidas alterações, principalmente na redação, computada votação de  
104 votos: favoráveis 25, 3 abstenções e 0 voto contrário.

105 Em relação aos recursos hídricos a ADA-Área Diretamente Afetada do  
106 empreendimento não interferirá diretamente nos cursos d'água, sendo os  
107 efluentes tratados lançados no córrego da Serraria, como são lançados  
108 atualmente, porém com cargas e volumes menores compatíveis com a ETE  
109 existente, sendo assim foi recomendada apresentação das características  
110 dos efluentes antes e depois de empreendimentos e estudo sobre a  
111 capacidade do tratamento da ETE. O EIA/RIMA do empreendimento  
112 analisado pelo GT Consultas ambientais conclui que o empreendimento é  
113 considerado viável, desde que sejam integralmente implementados os  
114 planos e programas relacionados no estudo. Após amplos debates na  
115 plenária, conforme podem ser consultados na Ata de inteiro teor em sua  
116 íntegra, foi recomendado apresentar para CETESB quando da solicitação  
117 da Licença de Instalação, os seguintes documentos: i. Detalhamento dos  
118 planos e programas ambientais relacionados ao EIA/RIMA nas áreas de  
119 Mata Atlântica e de mananciais; ii. Programa de Monitoramento e Controle  
120 para garantir que as emissões de gases não afetem as áreas de Mata  
121 Atlântica e de mananciais; iii. Programa de Monitoramento da Qualidade das  
122 Águas Superficiais na região sob sua influência; iv. Programa de  
123 Gerenciamento dos Resíduos sólidos da Construção Civil para o período de

124 obras, com ênfase para a proteção dos corpos d'água; v. Programa de  
125 Educação Ambiental, com ênfase nas ações para redução na geração,  
126 reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, abrangendo os  
127 Municípios que encaminham resíduos sólidos ao empreendimento;  
128 vi. Programa de Redução na Geração e Ampliação da Reciclagem em  
129 conformidade com os Planos Municipais de Resíduos Sólidos, em  
130 articulação com os municípios atendidos pelo empreendimento e as suas  
131 entidades de catadores de recicláveis; vii. Comprovação de que a ETE do  
132 empreendimento possui capacidade para receber os efluentes gerados no  
133 empreendimento, através da análise das cargas e vazões atuais e futuras;  
134 viii. Avaliação do desempenho futuro da ETE do empreendimento na fase  
135 de operação do empreendimento e demonstração da adequação do  
136 efluente tratado, em classe superior a do corpo receptor no córrego da  
137 Serraria; ix. Caracterização da qualidade das águas subterrâneas na área  
138 de influência do empreendimento e a avaliação de eventuais alterações em  
139 decorrência da implantação e operação da unidade proposta. Que as  
140 compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento  
141 sejam destinadas à aplicação nos municípios situados na subbacia Billings-  
142 Tamanduateí, preferencialmente nos municípios direta ou indiretamente  
143 afetados pelo empreendimento. Visto que o uso racional da água, mediante  
144 eficiente programa de gestão da demanda, deve ser atividade permanente  
145 promovida pelos colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de  
146 Recursos Hídricos, principalmente após a recente crise hídrica na Bacia do  
147 Alto Tietê, e à luz da Deliberação CBH-AT nº 17/2014, da Deliberação CRH  
148 nº 204/2017, da Resolução Conjunta SES/SIMA 01/2020 e das Normas  
149 ABNT NBR 15.527/2019, NBR 16.782/2019 e NBR 16.783/2019 e as que

150 vierem ser substituídas ou complementadas; e que o empreendimento seja  
151 dotado de instalações, equipamentos e procedimentos adequados ao uso  
152 racional da água, ao reuso de água e ao aproveitamento das águas de  
153 chuvas para usos não potáveis, reduzindo-se a demanda sobre o sistema  
154 de abastecimento público. E ainda, que sejam adotadas medidas  
155 compensatórias em drenagem urbana na área do empreendimento para  
156 compensar o escoamento superficial resultante da impermeabilização, de  
157 modo a não ampliar escoamento de águas superficiais para a bacia do rio  
158 Tamanduateí. Que sejam priorizados pavimentos permeáveis nas áreas de  
159 circulação de veículos e de pedestres. Que seja adotado e praticado um  
160 Plano de Prevenção e Controle dos Processos Erosivos e transporte dos  
161 sedimentos resultantes desses processos durante a implantação do  
162 empreendimento.

163 **4.3 Deliberação CBH-AT No. 91, de 12 de fevereiro de 2020, que revoga**  
164 **a Deliberação do CBH-AT No. 88/2019 e aprova o Plano de Ações (PA)**  
165 **e o Programa de Investimentos (PI) 2020-2023.**

166 A Deliberação foi aprovada por 26 votos, 2 abstenções e 0 voto contrário.  
167 O Plano de Ações (PA) já foi aprovado anteriormente em 2019 e a nova  
168 Deliberação apenas promove alguns ajustes. Também foi esclarecido que  
169 a ação de combate às perdas ainda é prioritário, tanto que a SABESP já  
170 tem recurso carimbado para combater as perdas. Foram aprovados como  
171 constantes da Deliberação o Anexo I – Plano de Aplicação, Anexo II – Plano  
172 de Custeio e o Anexo III – Memória de Cálculo.

173 **4.4 Deliberação CBH-AT No. 92, de 12 de fevereiro de 2020, que revoga**  
174 **a Deliberação No. 87/2019, e aprova o Plano de Aplicação de Recursos**  
175 **da Cobrança pelo Uso da Água.**

176 A Deliberação foi aprovada por 28 votos a favor, sem abstenção ou votos  
177 contrários. Também já aprovado anteriormente pelo Comitê, que tem no  
178 Artigo 1º a revogação da Deliberação CBH-AT nº 87, de 17 de dezembro  
179 de 2019 e aprova o PA conforme anexos I, II e III e o Parágrafo Único  
180 conforme será publica na webpágina do Comitê CBH-AT  
181 <https://comiteat.sp.gov.br> aba Deliberações.

182 **4.5 Deliberação CBH-AT N. 93, de 12 de fevereiro de 2019, que aprova**  
183 **critérios de análise e hierarquização de empreendimentos 2020.**

184 A Deliberação foi aprovada por 26 votos a favor, sem abstenção ou votos  
185 contrários, conforme publicado no site do Comitê. Estabeleceu calendário  
186 para o Protocolo das propostas de 21/02/2020 a 20/03/2020; Divulgação  
187 das propostas não habilitadas por não atendimento ao artigo 4º da  
188 Deliberação até 27/03/2020; Recebimento e análise dos recursos; avaliação  
189 técnica, complementações; pontuação; e hierarquização de 30/03/2020 a  
190 08/05/2020; Divulgação da hierarquização dos empreendimentos até  
191 08/05/2020; reunião Plenária para deliberar sobre a indicação dos  
192 empreendimentos a serem financiados pelo FEHIDRO em 2020, até  
193 26/05/2020 para aprovar a Deliberação e inserir até 31/05. O PDC da  
194 educação ambiental foi objeto de grande análise, conjuntamente com a  
195 FABHAT no ano anterior, sendo que atualmente tanto a Câmara Técnica e  
196 demais atores envolvidos estão trabalhando na elaboração do Termo de



197 Referência revendo as diretrizes e critérios com o Plano de Ação e, em  
198 conjunto com outros Comitês como o PCJ e o Paraíba do Sul e também  
199 com o CRH/CEEA, no esforço de reunir diversos atores da educação  
200 ambiental de outras bacias hidrográficas que já tem atividades e longa  
201 experiência na educação ambiental, porém com as devidas adequações às  
202 necessidades do Alto Tietê.

203 **5. Informes. Apresentação sobre empreendimentos concluídos com**  
204 **recurso FEHIDRO oriundos da Cobrança, tomador Prefeitura de**  
205 **Mairiporã.**

206 O vice-presidente destacou que se tratava de uma prestação de contas para  
207 o Comitê, e que na história do FEHIDRO não era algo tão corriqueiro, tais  
208 apresentações, de forma tão efetiva, sobre a aplicação dos recursos, e  
209 solicitou esforços para que essas iniciativas continuassem. O projeto  
210 implantou o Parque Natural Municipal do Pico do Olho D'Água com  
211 mapeamento das áreas com potências hídricas/ambientais para serem  
212 implantadas outras unidades de conservação na região. Foi contratado o  
213 IPT para o mapeamento das áreas e de outras áreas para implantarem  
214 outras Unidades de Conservação-UC na região. O topo do Morro do  
215 Juqueri, a região do Pico do Olho D'água, foi tombado como bem natural  
216 de interesse ecológico e paisagístico pela Resolução Estadual nº 50 do  
217 CONDEPHAAT. Com enorme potencial natural, devido à mata preservada,  
218 toda a região do Morro do Juqueri necessitava de um projeto específico  
219 para a base ao topo. Há invasões na área pela falta de fiscalização dos  
220 órgãos competentes, havendo necessidade de implantação de

221 instrumentos legais para disciplinar o uso e a ocupação daquele solo,  
222 determinar o melhor aproveitamento para garantir a permeabilidade de toda  
223 a região e igualmente atender os objetivos de uma área de proteção e  
224 recuperação de mananciais. Foi criado como Área de Interesse e  
225 Relevância Ecológico-AIRE onde também está prevista proteção integral,  
226 pela mata mais preservada, como área verde. O instrumento permite  
227 planejar o desenvolvimento e o montante dos recursos necessários que  
228 devem ser arrecadados conforme o Plano de manejo estruturado.

229 Também foi apresentado o contrato financiado pelo Comitê para o  
230 município referente à gestão dos resíduos sólidos, com coleta seletiva e  
231 reciclagem de materiais. A primeira etapa foi a aquisições de equipamentos  
232 para equipar a Cooperativa de coleta seletiva já existente no município e a  
233 segunda foi contratar uma empresa para a educação ambiental do  
234 programa de coleta seletiva. Um enfoque muito importante foi capacitar as  
235 escolas e os seus professores na estratégia de replicar o conhecimento. Os  
236 containers para a coleta do material a ser reciclado ficaram localizados nas  
237 escolas e um dos grandes problemas detectados pelos gestores era ter a  
238 garantia de retirada do material reciclado, de forma rápida, a fim também de  
239 procurar garantir o conceito que material reciclado não é o mesmo que lixo.

240 Também foi esclarecido sobre a dificuldade de adquirir conhecimento e  
241 aprendizagem sobre os trabalhadores e a Cooperativa, como administrar,  
242 fortalecer de modo a se tornar autogerida e sustentável investindo na  
243 qualificação humana e profissional dos catadores, tendo em vista  
244 principalmente que se trata em boa parte de profissionais com carências  
245 socioeconômicas e em condições muitas vezes de vulnerabilidade social,  
246 que necessitam, inclusive, segundo experiências relatadas no debate da

247 plenária, de acompanhamento bastante proximal e por um longo espaço de  
248 tempo. Também outra grande dificuldade do projeto, e que deve ser  
249 bastante considerada nas condições de financiamento de projetos dessa  
250 natureza pelo Comitê, segundo reiterou o Vice-presidente, é o transporte do  
251 material, com os veículos mais apropriados, assim solicitou, juntamente  
252 com o Presidente da FABHAT, encaminhar Relatório para publicarem no  
253 site do Comitê os resultados, o trabalho e para poderem disseminar a  
254 reprodução e o aperfeiçoamento do conhecimento para projetos  
255 semelhantes. Daniel Teixeira de Lima (Secretário de Meio Ambiente-P.M.  
256 de Mogi das Cruzes) também contribuiu relatando a experiência exitosa do  
257 município, já há 4 anos, quando optaram por contratar diretamente a  
258 Cooperativa, entre terceirizar e subsidiar irrestritamente, estabelecendo  
259 regras com obrigações e deveres contratuais e prestação do serviço e, pela  
260 experiência exitosa, sugeriu articular a Cooperativa local com a Associação  
261 Nacional dos Catadores.

262 Finalizando, o Vice-presidente disse "de certa forma, e é importante  
263 também essa apresentação para avançar no sentido de melhor gestão  
264 porque sempre foi dado um caráter secundário aos resíduos sólidos e o  
265 saneamento é entendido como água, esgotamento sanitário, resíduos  
266 sólidos e drenagem. Devemos colocar essa questão para a elaboração do  
267 Plano de resíduos sólidos e juntamente também destravar algumas  
268 questões do FEHIDRO, certas amarras que existem no Manual, como  
269 vimos aqui a necessidade do caminhão para a coleta, que não foram  
270 impostas por nenhum Decreto, ou Lei, proibindo, mas em algum momento  
271 alguém burocraticamente decidiu assim, que deveria ser criado, é  
272 importante para poder destravar em muitos aspectos e para ter melhor

273 aplicação dos recursos dando a eficaz proteção.”.

274 **6. Outros Assuntos.**

275 Solicitação de uma agenda anual para as reuniões plenárias do Comitê. Foi  
276 informado que haverá reunião plenária no mês de maio mantendo a pauta  
277 da indicação dos projetos conforme calendário constante na Deliberação  
278 aprovada nesta reunião. Esta Ata consiste em um resumo dos registros das  
279 notas taquigráficas que compõe a Ata completa que compõe o inteiro teor  
280 desta 1ª. reunião extraordinária de 2020, elaborada pelo Taquígrafo Dartan  
281 Gravina com revisão da Secretaria CBH-AT.

282 **Marcus Vinícius de Almeida e Melo**  
283 Presidente do CBH-AT

284 **Luiz Fernando Carneseca**  
285 Secretário Executivo do CBH-AT